

Servidor do Senado ganha trem da alegria

BRASÍLIA – Às pressas, em regime de urgência, sem passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os senadores aprovaram ontem um reajuste de até 60% no salário de 3.700 servidores de carreira da Casa. De imediato, eles receberão o reajuste de 17,5%, o que provocará um impacto de R\$ 45 milhões na folha de pagamento. Acréscimos serão feitos nos próximos três anos.

O projeto que concedeu o aumento foi aprovado por 41 votos a favor e 10 votos contrários. Sete senadores se abstiveram. Foram favoráveis à proposta os líderes do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), do PSDB, Geraldo Melo (RN), do PMDB, Renan Calheiros (AL), do PFL, José Agripino (RN), e do PT, Eduardo Suplicy (SP).

Com o reajuste, o menor salário dos servidores de nível médio será de R\$ 2.342,23. A remuneração média das carreiras de nível superior será de R\$ 5.519,66. Segundo o primeiro-

secretário, senador Carlos Wilson (PTB-PE), o teto salário de R\$ 8,3 mil, equivalente ao salário do presidente da República não será ultrapassado.

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM) foram os maiores opositores da resolução. Requião pediu que uma cópia do discurso que fez na ocasião seja encaminhada ao Ministério Público. Segundo ele, a remuneração do nível médio do Senado foi equiparada a de um juiz federal no início de carreira “o que é muito maior do que a dos servidores públicos de nível superior do Executivo e de oficiais superiores das Forças Armadas”.

“As aberrações do projeto não são identificáveis a olho nu, em razão das diversas remissões a normas internas da Casa”, alegou. “Um artífice de manutenção ou operário não especializado da gráfica vai ganhar mais do que um secretário parlamentar ou de um profissio-

nal de gabinete de confiança.”

Para o senador Jefferson Péres, o aumento fere a Lei de Responsabilidade Fiscal porque foi adotado à revelia do impacto que causará. Ele pediu a retirada da urgência e o exame “cauteloso” da resolução, mas não foi atendido. O senador Gilvan Borges (PMDB-AP) se declarou “surpreso com a posição demagógica dos colegas”.

O primeiro-secretário atribuiu a pressa na votação à necessidade de publicar a aprovação no Diário do Senado até dia 9. A partir desta data, a legislação proíbe o reajuste de servidores, pois é ano eleitoral.

Wilson disse que tentou colocar a proposta em votação mais de uma vez, sem êxito. Ele alega que há sete anos os servidores não recebem aumento e lembrou, ainda, que o Tribunal de Contas da União (TCU), no ano passado, e a Câmara dos Deputados, há cerca de 15 dias, também “adequaram” os salários dos funcionários. (R.C.)